



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

**PLANO DE DADOS ABERTOS DO TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO**



1ª edição | Goiânia, maio de 2019
(versão 5, julho de 2019)

Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

Presidente

Desembargador Paulo Sérgio Pimenta

Vice-Presidente e Corregedor

Desembargador Daniel Viana Júnior

Composição do Tribunal — Desembargadores

Paulo Sérgio Pimenta – Presidente

Daniel Viana Júnior – Vice Presidente e Corregedor

Platon Teixeira de Azevedo Filho

Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque

Elvecio Moura dos Santos

Gentil Pio de Oliveira

Mário Sérgio Bottazzo

Aldon do Vale Alves Taglialegna

Geraldo Rodrigues do Nascimento

Eugênio José Cesário

Iara Teixeira Rios

Wellington Luis Peixoto

Silene Aparecida Coelho

Rosa Nair da Silva Nogueira Reis

Grupo de Trabalho para a Elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA/TRT-18ª)

Autoridade Responsável

Des. Paulo Pimenta – Presidente do TRT-18ª

Coordenação

Flávio Loze de Queiroz

Supervisão

Robnaldo José Santos Alves

Equipe Técnica

Carolina Brandão Piva

Carolina da Silva Cândido

Célvora Marra Moreira Rodrigues de Oliveira

Diogo Felipe de Aguiar

Flávia Ferreira Souza

Hugo da Silva da Silva

Jaqueline dos Santos Martins Rodrigues

Jorge Luis Machado

Luiz Henrique Maia

Maísa Bueno Machado

Marcos dos Santos Antunes

Murilo de Barros Carneiro

Pherilene Felisbino Duarte

Thiago Domiciano de Almeida

Vânia Ivanyi de Lima Passerini

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Carolina Brandão Piva

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
1.1. Conceitos e noções gerais.....	4
1.2. Conteúdos definidos.....	6
1.3. Objetivos gerais.....	7
1.4. Objetivos específicos.....	7
2. INTRODUÇÃO.....	8
3. DADOS A SEREM ABERTOS.....	9
3.1. Critérios utilizados.....	9
3.2. Principais bases de dados mantidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com nível de organização de informações para possibilitar a disponibilização em formato aberto.....	10
3.2.1. Bases de dados do Portal da Transparência....	11
3.2.2. Serviço de Informações ao Usuário.....	16
3.2.3. Não contemplados nos itens anteriores.....	16
4. ESTRATÉGIA PARA ABERTURA DE DADOS.....	17
4.1. Passos para abertura de dados.....	17
4.2. Premissas.....	18
5. SUSTENTAÇÃO.....	19
6. MONITORAMENTO E CONTROLE.....	20
6.1. Propostas para melhoria da qualidade dos dados.....	20
6.2. Comunicação e participação social.....	21
7. PLANO DE AÇÃO.....	22
8. REFERÊNCIAS.....	30
9. GLOSSÁRIO.....	38

Apresentação

Conceitos e noções gerais

Com o objetivo de desenvolver uma melhor compreensão a respeito da necessidade, para a ordem democrática, da existência de dados abertos governamentais, o grupo de trabalho do **Open Government Data** reuniu-se nos Estados Unidos da América em 2007.

Definiu-se, naquela ocasião, que os dados governamentais devem ser considerados abertos quando publicados, de forma a abarcar os seguintes princípios:

Completos

Todos os dados públicos estão disponíveis.

* Dado público é o dado que não está sujeito a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso.

Primários

Os dados são apresentados tais como os coletados na fonte, com o maior nível de granularidade e sem agregação ou modificação.

Atuais

Os dados são disponibilizados tão rapidamente quanto necessário à preservação do seu valor.

Acessíveis

Os dados são disponibilizados para o maior alcance possível de usuários e para o maior conjunto possível de finalidades.

Compreensíveis por máquinas

Os dados são razoavelmente estruturados, de modo a possibilitarem o processamento automatizado.

Não discriminatórios

Os dados são disponíveis para todos, sem exigência de requerimento ou cadastro.

Não proprietários

Os dados são disponíveis em formato sobre o qual nenhuma entidade detenha controle exclusivo.

Livres de licenças

Os dados não estão sujeitos a nenhuma restrição de direito autoral, patente, propriedade intelectual ou segredo industrial, o que não afasta, por outro lado, as restrições sensatas relacionadas à privacidade, segurança e privilégios de acesso.

Mais adiante, em 2009, foram propostas, pelo especialista em políticas públicas e ativista dos dados abertos, David Eaves, as denominadas **Três Leis dos Dados Abertos Governamentais**. Trata-se de um conjunto de condições para avaliar se um dado pode, de fato, ser considerado aberto. São elas:

- Se o dado não pode ser encontrado e indexado na web, ele não existe.
- Se o dado não estiver aberto e em formato compreensível por máquina, ele não pode ser reaproveitado.
- Se algum dispositivo legal não permitir sua reaplicação, ele não é útil.

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou, em 2015, uma cartilha que elenca os **Cinco Motivos para a Abertura de Dados na Administração Pública**. As razões enumeradas pelo Órgão de Controle são as seguintes:

- Transparência na gestão pública.
- Contribuição da sociedade com serviços inovadores ao cidadão.
- Aprimoramento na qualidade dos dados governamentais.
- Viabilização de novos negócios.
- Obrigatoriedade por lei.


Com o propósito de democratizar os dados e informações publicados no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e, assim, observar as diretrizes acima destacadas, bem como cumprir os princípios da publicidade e da transparência da Administração Pública, o Grupo Permanente de Acompanhamento da Lei de Acesso à Informação (GPA-LAI) trabalhou na elaboração do presente Plano de Dados Abertos (PDA) deste Tribunal.

Este documento orientará as ações de **implementação e promoção de abertura de dados do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região**, obedecendo padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

A edição deste **Plano de Dados Abertos (PDA)** observou a lei, a jurisprudência, Resoluções e Atos do CNJ e do CSJT, os normativos internos e boas práticas.

O plano possui periodicidade bienal, sem prejuízo de eventuais alterações dentro desse período, motivadas pela revisão de metas ou de novas inserções de abertura de dados.

Construído de forma colaborativa, envolvendo várias unidades deste Tribunal e à luz dos princípios mencionados, o presente volume elenca as ações necessárias para o alcance dos resultados pretendidos.

Para a elaboração deste Plano, foram tomados como referência o **Manual para Elaboração de Dados Abertos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, o **Modelo de Plano de Dados Abertos do Distrito Federal** e o **Guia de Abertura de Dados**, este último disponibilizado no seguinte sítio eletrônico: www.governodigital.gov.br. 

Conteúdos definidos

Matriz de responsabilidade, que contém periodicidade e setores responsáveis pela atualização das bases.

Em caso de alteração da estrutura do Tribunal que possa levar à extinção, criação, fusão ou divisão de unidades inseridas na matriz de responsabilidades, esta deverá ser atualizada para refletir a realidade da Corte.

Matriz de governança, que deve primar pela obediência às metodologias e padrões para a correta catalogação e publicação dos dados a serem disponibilizados.

Canais de comunicação para que o cidadão possa se manifestar quanto ao Plano de Dados Abertos (PDA).

Objetivos gerais

Promover a publicação de dados do Tribunal Regional da 18ª Região em formato aberto, com o intuito de contribuir para a melhoria da gestão pública ao estimular a transparência, fomentar o controle social e a pesquisa científica de base empírica sobre a gestão pública.

Buscar incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias destinadas à construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e à melhor oferta de serviços públicos para o usuário.

Objetivos específicos

Identificar prioridades e disponibilizar dados em formatos abertos.

Aprimorar a qualidade dos dados disponibilizados.

Aprimorar a gestão da informação e de dados.

Incrementar de modo contínuo os processos de transparência e de acesso às informações públicas.

Buscar incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias destinadas à construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e à melhor oferta de serviços públicos para o usuário.

Introdução

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, por meio deste documento, institui seu **Plano de Dados Abertos (PDA)**, válido para o biênio 2019-2020, que estabelece ações e procedimentos para implementação e promoção de abertura de dados sob sua responsabilidade, tendo como principais referências os seguintes normativos:

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (**Lei Federal de Acesso à Informação – LAI**), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal
[\(clique aqui para acessar\)](#)

Resolução Administrativa nº 129/2016 do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, que regulamenta a Lei nº 12.527/2011 no âmbito deste Tribunal
[\(clique aqui para acessar\)](#)

Resolução Administrativa nº 83/2018 do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, de 12 de novembro de 2018, que instituiu o Sistema de Governança Institucional deste Tribunal
[\(clique aqui para acessar\)](#)

Resolução nº 215 do Conselho Nacional de Justiça, de 16 de dezembro de 2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e aplicação da Lei nº 12.527/2011
[\(clique aqui para acessar\)](#)

Dados a serem abertos

Critérios utilizados

Para definir as bases a serem disponibilizadas em formato aberto, foram levados em consideração os seguintes critérios:

■ **O conjunto de dados e sistemas sob a gestão do TRT da 18ª Região.**

■ **Os dados que devem ser obrigatoriamente publicados em razão de lei e determinações de órgãos hierarquicamente superiores e de jurisprudência do TCU.**

■ **O grau de relevância dos dados para o cidadão, observando-se as demandas encaminhadas via Ouvidoria e Serviço de Informações ao Usuário, bem como os setores e serviços mais procurados nos sítios eletrônicos do TRT 18ª Região.**

Ressalta-se que as demandas cujo conteúdo seja estritamente ligado ao Processo Judicial Eletrônico (PJe) deverão observar as restrições do sistema, cabendo avaliação da possibilidade de divulgação ou não de determinados dados.

■ **O alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI).**

■ **O nível de maturidade da organização quanto à qualidade das informações e dados existentes.**

Principais bases de dados mantidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com nível de organização de informações para possibilitar a disponibilização em formato aberto

Portal da Transparência do TRT 18ª Região

O Portal da Transparência deste Tribunal visa a assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e a ampliar a transparência da gestão pública, de forma a permitir que o cidadão acompanhe e ajude a fiscalizar como o dinheiro público está sendo utilizado. Sua base de dados possui natureza informativa, objetivando estimular a prática do controle social.

Todas as bases de dados do Portal da Transparência, **à exceção do Siafi (execução diária)**, serão disponibilizadas em dados abertos, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.trt18.jus.br/portal/transparencia>.

O Portal da Transparência é composto pelas seguintes bases de dados:

Ajuda de custo

Unidade Responsável:

Gestão de Pessoas

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Auditoria

Unidade Responsável:

Auditoria Interna

Atualização: semestral

Formatos: odt, ods, csv ou html

Atas de registro de preços

Unidade Responsável:

Licitações e Contratos

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Benefícios

Unidade Responsável:

Gestão de Pessoas

Atualização: trimestral

Formatos: odt, ods, csv ou html

Cargos efetivos e em comissão (Anexo IV da Resolução nº 102 – CNJ)

Unidade Responsável: Corregedoria; Gestão de Pessoas

Atualização: quadrimestral

Formatos: odt, ods, csv ou html

Carta de Serviços ao Usuário

Unidade Responsável:

Secretaria-Geral Judiciária

Atualização: anual

Formatos: odt, ods, csv ou html

Contratos e convênios

Unidade Responsável:

Licitações e Contratos

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Cessões de uso

Unidade Responsável:

Licitações e Contratos

Atualização: anual

Formatos: odt, ods, csv ou html

Demonstrações contábeis

Unidade Responsável:

Orçamento e Finanças

Atualização: anual

Formatos: odt, ods, csv ou html

Compras

Unidade Responsável:

Material e Logística

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Diárias e passagens

Unidade Responsável:

Orçamento e Finanças

Atualização: quinzenal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Estruturas remuneratórias (Anexo III da Resolução nº 102 – CNJ)

Unidade Responsável: Gestão de Pessoas
Atualização: anual e/ou alteração normativa
Formatos: odt, ods, csv ou html

Empresas penalizadas

Unidade Responsável:
Licitações e Contratos
Atualização: mensal
Formatos: odt, ods, csv ou html

Frota oficial

Unidade Responsável: Diretoria-Geral
Atualização: semestral
Formatos: odt, ods, csv ou html

Execução orçamentária e financeira

Unidade Responsável:
Orçamento e Finanças
Atualização: bimestral
Formatos: odt, ods, csv ou html

Gestão Fiscal

Unidade Responsável:
Orçamento e Finanças
Atualização: quadrimestral
Formatos: odt, ods, csv ou html

Folha de pagamento

Unidade Responsável:
Gestão de Pessoas
Atualização: mensal
Formatos: odt, ods, csv ou html

Gestão orçamentária e financeira

Unidade Responsável:
Orçamento e Finanças
Atualização: bimestral
Formatos: odt, ods, csv ou html

Imóveis

Unidade Responsável:

Material e Logística

Atualização: anual

Formatos: odt, ods, csv ou html

Prestação de Contas — Relatórios Anuais de Gestão

Unidade Responsável:

Governança e Estratégia

Atualização: anual

Formatos: odt, ods, csv ou html

Licitações

Unidade Responsável:

Licitações e Contratos

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Processo participativo

Unidade Responsável:

Governança e Estratégia

Atualização: anual

Formatos: odt, ods, csv ou html

Obras

Unidade Responsável:

Manutenção e Projetos

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Programas/ações/projetos

Unidades Responsáveis: Governança e Estratégia; Manutenção e Projetos

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Proposta Orçamentária, LOA e Execução Orçamentária (Resolução CNJ nº 195/2014)

Unidade Responsável: Orçamento e Finanças

Atualização: anual

Formatos: odt, ods, csv ou html

Provimentos e vacâncias de cargos e funções (LDO)

Unidade Responsável:

Gestão de Pessoas

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Publicações do Comitê Gestor Regional do SIGEP-JT

Unidade Responsável:

Gestão de Pessoas

Atualização:

05 dias após a realização da reunião

Formatos: odt, ods, csv ou html

Relação dos contratados com os valores pagos nos últimos 03 (três) anos

Unidade Responsável:

Orçamento e Finanças

Atualização: semestral

Formatos: odt, ods, csv ou html

Relação de Empregados de Empresas Contratadas em Exercício no Órgão (Anexo VI da Resolução nº 102 do CNJ)

Unidade Responsável:

Diretoria-Geral

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Relação de Membros da Magistratura e demais Agentes Públicos (Anexo V da Resolução nº 102 do CNJ)

Unidade Responsável: Corregedoria

Atualização: sempre que houver modificação

Formatos: odt, ods, csv ou html

Remuneração e Diárias pagas (Anexo VIII da Resolução nº 102 do CNJ)

Unidades Responsáveis:

Gestão de Pessoas

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Servidores cedidos

Unidade Responsável:

Gestão de Pessoas

Atualização: semestral

Formatos: odt, ods, csv ou html

Suprimento de fundos

Unidade Responsável:

Orçamento e Finanças

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Servidores ou Empregados não integrantes do quadro próprio, em exercício no órgão (Anexo VII da Resolução nº 102 do CNJ)

Unidade Responsável: Gestão de Pessoas

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Tabelas de lotação de pessoal (Resolução CNJ nº 215/2015)

Unidade Responsável:

Gestão de Pessoas

Atualização: semestral

Formatos: odt, ods, csv ou html

Tabelas de lotação de pessoal (Resolução CNJ nº 219/2016)

Unidade Responsável:

Gestão de Pessoas

Atualização: semestral

Formatos: odt, ods, csv ou html

Tabela de servidores em teletrabalho

Unidade Responsável:

Gestão de Pessoas

Atualização: semestral

Formatos: odt, ods, csv ou html

Ressalta-se que as bases acima elencadas são extrações específicas de dados para o Portal da Transparência, não se tratando das bases originais dos sistemas estruturantes.

Os dados disponíveis para baixar no Portal da Transparência serão adequados ao [artigo 8º, § 3º, I, II e III da Lei de Acesso à Informação](#), e conforme o Plano de Ação descrito no item 7 deste documento.

Serviço de Informações ao Usuário

A **Ouvidoria** disponibilizará relatório estatístico contendo dados a respeito de todos os pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

Unidade Responsável: Ouvidoria

Atualização: anual

Formatos: odt, ods, csv ou html

Não contemplados nos itens anteriores

Editais de concursos e seleções públicas realizados pelo TRT 18ª Região para provimento de cargos

Unidades Responsáveis:

Corregedoria; Gestão de Pessoas;
Comissão Concurso de Estagiários

Atualização: anual

Formatos: odt, ods, csv ou html

Sessões de julgamento dos colegiados — pautas e atas de julgamento

Unidade Responsável:

Apoio das Turmas e do Tribunal Pleno

Atualização:

Turmas: semanal / Pleno: quinzenal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Rol de Informações classificadas e desclassificadas

Unidade Responsável:

Gestão Documental

Atualização: anual

Formatos: odt, ods, csv ou html

Relação de servidores e membros que participam de conselhos e assembléados externos ao Tribunal

Unidade Responsável:

Gestão de Pessoas

Atualização: mensal

Formatos: odt, ods, csv ou html

Estratégia para abertura de dados

Passos para abertura de dados

- Alinhamento com a estratégia institucional.
- Levantamento do conjunto de dados candidatos à abertura.
- Priorização e seleção dos dados a serem abertos com base no critério de relevância das informações para o cidadão e no que determina a lei, normativos do CNJ e do CSJT e jurisprudência do TCU.
- Definição dos responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento do plano de ação com metas e prazos.
- Consolidação da matriz de responsabilidades, definição da governança e do fluxo de aprovação do PDA e revisões.
- Utilização de metodologia de abertura de dados a ser seguida pelas áreas responsáveis, obedecendo os padrões INDA (Infraestrutura Nacional de Dados Abertos) e INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais).
- Capacitação dos responsáveis pelas áreas de negócio sobre abertura dos dados selecionados:
 - Processo de publicação de dados abertos;
 - Processo de catalogação dos metadados.
- Definição da arquitetura de abertura para cada base de dados.
- Divulgação e participação.
- Continuidade e manutenção.

Premissas

O processo de abertura dos conjuntos de dados deste Tribunal, além de estar alinhado aos princípios e diretrizes mencionados anteriormente, deve considerar as seguintes premissas:

- Publicação dos dados considerados relevantes para a sociedade com a maior celeridade possível, no formato disponível e esclarecendo as eventuais limitações de qualidade.
- Publicação, sempre que possível, dos dados e seus metadados, nos moldes do estabelecido pelo Plano de Ação da INDA, que institui que cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:
 - Nome ou título do conjunto de dados;
 - Descrição sucinta;
 - Palavras-chave (etiquetas);
 - Nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
 - Periodicidade de atualização;
 - Escopo temporal.

Sustentação

Serão responsáveis pela curadoria dos metadados do TRT da 18ª Região, publicados no Portal de Transparência (<http://www.trt18.jus.br/portal/transparencia>) e em outros links da página principal deste Tribunal, a Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação, de Comunicação Social e de Governança e Estratégia, com as seguintes atribuições, respectivamente:

- Verificar se os dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE (metadados completos e atualizados).
- Contatar o responsável pelos dados, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados tornou-se indisponível.
- Identificar e elaborar propostas para possíveis aprimoramentos de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados candidatos à abertura.

O presente Plano e seu cumprimento **para o biênio 2019-2020** será conduzido de forma colaborativa, envolvendo todas as unidades afetadas, com a seguinte divisão de responsabilidades:

- **Unidade de Governança e Estratégia** — elaborar/revisar o Plano de Dados Abertos.
- **Grupo Permanente de Acompanhamento da Lei de Acesso à Informação** — monitorar a implementação do Plano de Dados Abertos bem como orientar as unidades e monitorar o cumprimento das normas relativas à publicação dos dados abertos.
- **Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação** — viabilizar, em parceria com as demais unidades, a disponibilização dos dados abertos, provendo os recursos e procedimentos tecnológicos necessários.
- **Unidade de Comunicação** — realizar ações específicas de comunicação do Plano de Dados Abertos, de forma a promover ampla divulgação interna e externa.
- **Unidade de Auditoria Interna** — verificar o cumprimento das disposições do art. 20 do Ato nº 8/CSJT.GP.SE, de 16/01/2009, bem como de outros normativos do CNJ e CSJT que exijam da unidade de auditoria interna a conferência de publicações na transparência.
- **Demais Unidades Internas** — desenvolver rotinas para gerir e fornecer tempestivamente os dados relativos às suas áreas de atuação, devendo zelar pela manutenção íntegra e versionada das séries históricas de dados sob sua responsabilidade, utilizando-se de recursos tecnológicos e procedimentos disponibilizados pela área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Monitoramento e controle

A implementação do presente Plano será monitorada pelo Presidente desta Corte por meio de relatórios anuais apresentados pelo Grupo Permanente de Acompanhamento da Lei de Acesso à Informação (GPA-LAI).

O Grupo Permanente de Acompanhamento da Lei de Acesso à Informação (GPA-LAI) assegurará a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, de forma eficiente e adequada.

Propostas para melhoria da qualidade dos dados

- Os dados disponibilizados devem ser passíveis de acesso direto, através de URL única, ou seja, deve haver a possibilidade de compartilhamento e reprodução sem necessidade de navegação na página.
- Tabelas mantidas em arquivos PDF devem estar contidas também em arquivos próprios para sua estruturação (como csv. e odt.) e ser referenciadas por esses relatórios.
- Os dados disponibilizados devem ser elaborados em formatos abertos, recomendados pela e-PING.
- Os dados publicados devem conter um conjunto mínimo de metadados, conforme especificado pela Cartilha Técnica para Publicação de Dados Abertos no Brasil, disponível em: <http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos>.

Para a concepção das propostas acima enumeradas, foi utilizado como referência o Modelo de Maturidade de Publicação de Dados da INDA.

Devem ser levadas em consideração, ainda, as sugestões recebidas pela Ouvidoria no processo de melhoria da qualidade dos dados disponibilizados.

Comunicação e participação social

A institucionalização do presente Plano, sua governança e revisões serão comunicadas a todos os servidores deste Tribunal e à sociedade por meio do sítio institucional na internet, a fim de disseminar a cultura de transparência e solidificar a publicação de dados na rotina do órgão.

Serão realizadas ações específicas de comunicação, coordenadas pela unidade de Comunicação Social, para a ampla divulgação, interna e externa, sempre que houver inserção de dados ou qualquer melhoria naqueles já publicados. Os materiais de divulgação levarão em conta os interesses de diferentes segmentos de público: servidores do órgão, gestores públicos, produtores e usuários dos dados, academia, imprensa, sociedade organizada e cidadão.

O usuário poderá apresentar sugestões ao PDA e noticiar problemas técnicos ou inconsistências nos dados publicados por meio da Ouvidoria.

Canais de atendimento da Ouvidoria e do Serviço de informações ao Usuário:

Internet: <http://www.trt18.jus.br/portal/ouvidoria>.

Formulário online: disponibilizado no site do TRT da 18ª Região.

E-mail: ouvidoria@trt18.jus.br.

Telefone (durante o expediente do Tribunal): (62) 3222-5946 ou 0800-644-0018 (ligação gratuita) (62) 3222-5680 / 3222-5234 / 3222-5582 / 3222-5243.

Presencial: Rua T-51 esquina com Av. T-1, nº 1.403, Qd. T-22, Lts. 7 a 22, 1º andar do Fórum Trabalhista de Goiânia, Setor Bueno, CEP: 74.215-210, Goiânia/GO (durante o expediente do Tribunal).

Correspondência: Rua T-51 esquina com Av. T-1, nº 1.403, Qd. T-22, Lts. 7 a 22, Setor Bueno, CEP: 74.215-210, Goiânia/GO.

WhatsApp: (62) 3222-5680.

Plano de ação

A implementação do presente Plano será monitorada pelo Presidente desta Corte por meio de relatórios anuais apresentados pelo Grupo Permanente de Acompanhamento da Lei de Acesso à Informação (GPA-LAI).

O Grupo Permanente de Acompanhamento da Lei de Acesso à Informação (GPA-LAI) assegurará a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, de forma eficiente e adequada.

Nº	TEMA	ATIVIDADE	PRODUTOS	META/PRAZO	REQUISITO	UNIDADE
	Nome da base de dados a ser aberta	Ação necessária à sua abertura	Resultado esperado com a ação	Prazo para a abertura da base	Periodicidade de atualização da base	Nome da unidade responsável
1	Ajuda de custo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação das ajudas de custo no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Gestão de Pessoas
2	Benefícios	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados dos benefícios no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	TRIMESTRAL	Gestão de Pessoas
3	Cargos efetivos e em comissão (Anexo IV da Resolução nº 102 do CNJ)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados dos cargos efetivos e em comissão no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	QUADRIMESTRAL	Corregedoria Gestão de Pessoas
4	Diárias e passagens	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação de diárias e passagens no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	QUINZENAL	Orçamento e Finanças

Nº	TEMA	ATIVIDADE	PRODUTOS	META/PRAZO	REQUISITO	UNIDADE
	Nome da base de dados a ser aberta	Ação necessária à sua abertura	Resultado esperado com a ação	Prazo para a abertura da base	Periodicidade de atualização da base	Nome da unidade responsável
5	Estruturas remuneratórias (Anexo III da Resolução nº 102 do CNJ)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados das estruturas remuneratórias no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Gestão de Pessoas
6	Folha de pagamento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados da folha de pagamento no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Gestão de Pessoas
7	Provimentos e vacâncias de cargos e funções (LDO)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação de informações de provimento e vacância de acordo com a LDO no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Gestão de Pessoas
8	Publicações do Comitê Gestor Regional do SIGEP-JT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados das publicações do Comitê Gestor Regional do SIGEP-JT no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	05 DIAS APÓS A REALIZAÇÃO DA REUNIÃO	Gestão de Pessoas
9	Relação de Membros da Magistratura e demais Agentes Públicos (Anexo V da Resolução nº 102 do CNJ)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados da relação dos membros da Magistratura e de demais agentes públicos do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	SEMPRE QUE HOUVER MODIFICAÇÃO	Corregedoria
10	Relação de Empregados de Empresas Contratadas em Exercício no Órgão (Anexo VI da Resolução nº 102 do CNJ)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados da relação de empregados de empresas contratadas pelo Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Diretoria-Geral

Nº	TEMA	ATIVIDADE	PRODUTOS	META/PRAZO	REQUISITO	UNIDADE
	Nome da base de dados a ser aberta	Ação necessária à sua abertura	Resultado esperado com a ação	Prazo para a abertura da base	Periodicidade de atualização da base	Nome da unidade responsável
11	Remuneração e Diárias pagas (Anexo VIII da Resolução nº 102 do CNJ)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados da remuneração e diárias no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Gestão de Pessoas
12	Servidores cedidos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados dos servidores cedidos no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	SEMESTRAL	Gestão de Pessoas
13	Servidores ou Empregados não integrantes do quadro próprio, em exercício no órgão (Anexo VII da Resolução nº 102 do CNJ)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados dos servidores ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no Tribunal no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	SEMESTRAL	Gestão de Pessoas
14	Tabelas de lotação de pessoal (Resolução CNJ nº 215/2015)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados da tabela de lotação de pessoal no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	SEMESTRAL	Gestão de Pessoas
15	Tabelas de lotação de pessoal (Resolução CNJ nº 219/2016)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados da tabela de lotação de pessoal no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	SEMESTRAL	Gestão de Pessoas
16	Tabela de servidores em teletrabalho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados referentes à tabela de servidores em teletrabalho no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	SEMESTRAL	Gestão de Pessoas

Nº	TEMA	ATIVIDADE	PRODUTOS	META/PRAZO	REQUISITO	UNIDADE
	Nome da base de dados a ser aberta	Ação necessária à sua abertura	Resultado esperado com a ação	Prazo para a abertura da base	Periodicidade de atualização da base	Nome da unidade responsável
17	Atas de registro de preços	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados das atas de registros de preços no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Licitações e Contratos
18	Compras	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação das compras no Portal da Transparência do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Material e Logística
19	Contratos e convênios	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos contratos e convênios no Portal da Transparência do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Licitações e Contratos
20	Empresas penalizadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação das empresas penalizadas no Portal da Transparência do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Licitações e Contratos
21	Licitações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação das licitações (com editais e resultados) no Portal da Transparência do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Licitações e Contratos
22	Relação dos contratados com os valores pagos nos últimos três anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação da relação dos contratados com os valores pagos nos últimos três anos no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	SEMESTRAL	Orçamento e Finanças

Nº	TEMA	ATIVIDADE	PRODUTOS	META/PRAZO	REQUISITO	UNIDADE
	Nome da base de dados a ser aberta	Ação necessária à sua abertura	Resultado esperado com a ação	Prazo para a abertura da base	Periodicidade de atualização da base	Nome da unidade responsável
23	Demonstrações contábeis	1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª	Publicação dos dados das demonstrações contábeis no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	ANUAL	Orçamento e Finanças
24	Execução orçamentária e financeira	1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª	Publicação dos dados da execução orçamentária e financeira no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	BIMESTRAL	Orçamento e Finanças
25	Gestão fiscal	1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª	Publicação do relatório de gestão fiscal no Portal da Transparência do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	QUADRIMESTRAL	Orçamento e Finanças
26	Gestão orçamentária e financeira	1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª	Publicação dos dados da gestão orçamentária e financeira no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Orçamento e Finanças
27	Proposta Orçamentária, LOA e Execução Orçamentária (Resolução CNJ nº 195/2014)	1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª	Publicação dos dados da Proposta Orçamentária, LOA e Execução Orçamentária no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	ANUAL (Proposta Orçamentária e LOA) SEMESTRAL (Execução Orçamentária)	Orçamento e Finanças
28	Suprimento de fundos	1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª	Publicação dos suprimentos de fundos no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Orçamento e Finanças

Nº	TEMA	ATIVIDADE	PRODUTOS	META/PRAZO	REQUISITO	UNIDADE
	Nome da base de dados a ser aberta	Ação necessária à sua abertura	Resultado esperado com a ação	Prazo para a abertura da base	Periodicidade de atualização da base	Nome da unidade responsável
29	Auditoria (resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação das inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	SEMESTRAL	Auditoria Interna
30	Cessões de uso	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados das cessões de uso no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	ANUAL	Licitações e Contratos
31	Frota oficial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados da frota oficial no Portal da Transparência do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	SEMESTRAL	Diretoria-Geral
32	Imóveis	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados dos imóveis no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	ANUAL	Material e Logística
33	Processo participativo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados das consultas e audiências públicas no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	ANUAL	Governança e Estratégia
34	Prestação de Contas - Relatórios Anuais de Gestão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados das prestações de contas no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	ANUAL	Governança e Estratégia

Nº	TEMA	ATIVIDADE	PRODUTOS	META/PRAZO	REQUISITO	UNIDADE
	Nome da base de dados a ser aberta	Ação necessária à sua abertura	Resultado esperado com a ação	Prazo para a abertura da base	Periodicidade de atualização da base	Nome da unidade responsável
35	Programas / ações / projetos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados da implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações do TRT-18ª, bem como metas e indicadores propostos, no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Manutenção e Projetos; Governança e Estratégia
36	Obras	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados das obras no Portal da Transparência do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	MENSAL	Manutenção e Projetos
37	Carta de Serviços ao Usuário	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados da Carta de Serviços ao Usuário no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	ANUAL	Secretaria-Geral Judiciária
38	Pedidos de acesso à informação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação dos dados sobre os pedidos de acesso à informação (recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes), no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	ANUAL	Ouvidoria

Nº	TEMA	ATIVIDADE	PRODUTOS	META/PRAZO	REQUISITO	UNIDADE
	Nome da base de dados a ser aberta	Ação necessária à sua abertura	Resultado esperado com a ação	Prazo para a abertura da base	Periodicidade de atualização da base	Nome da unidade responsável
39	Rol de Informações classificadas e desclassificadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação do rol das informações classificadas e desclassificadas da Corte, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	ANUAL	Gestão Documental
40	Relação de servidores e membros que participam de Conselhos e assemelhados externos ao Tribunal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação da relação dos servidores membros que participam de Conselhos e assemelhados externos ao órgão no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	SEMESTRAL	Gestão de Pessoas
41	Editais de concursos e seleções públicas realizados pelo TRT 18ª Região para provimento de cargo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação de editais de concursos e seleções públicas realizados pelo TRT 18ª Região para provimento de cargo no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	ANUAL	Corregedoria Gestão de Pessoas Comissão Concurso de Estagiários
42	Sessões de julgamento dos colegiados - pautas e atas de julgamento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seleção de base de dados 2. Formatação dos dados 3. Conferência dos dados 4. Envio para publicação no portal da TRT-18ª 	Publicação das Sessões de julgamento dos colegiados (pautas e atas de julgamento) no Portal do Tribunal, em formato aberto (odt, ods, csv ou html)	Prazo: 01/05/19	TURMAS: SEMANTAL PLENO: QUINZENTAL	Pleno e Turmas

Referências

David Eaves

- Empreendedor canadense de políticas públicas, ativista de governo aberto, especialista em negociação, professor de políticas públicas na **Harvard Kennedy School of Government**. Criador das **Três leis de Dados Abertos**.

<http://dados.gov.br/pagina/dados-abertos>

<https://eaves.ca/about-david>

Open Government Working Group

- Grupo de trabalho de 30 pessoas que, em 2007, reuniu-se na Califórnia, Estados Unidos da América, para definir os princípios dos **Dados Abertos Governamentais**.

<http://dados.gov.br/pagina/dados-abertos>

<https://br.okfn.org/2015/04/14/quando-surgiram-os-oito-principios-dos-dados-abertos>

Cinco motivos para abertura de dados na Administração Pública

- **Cartilha** publicada pelo Tribunal de Contas da União sobre dados abertos.

<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/cinco-motivos-para-a-abertura-de-dados-na-administracao-publica.htm>

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação)

- Regula o **acesso a informações** previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

Resolução nº 215 do CNJ, de 16 e dezembro de 2015

- Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o **acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011.

<http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2236>

Resolução Administrativa nº 83 do TRT da 18ª Região, de 12 de novembro de 2018

- Institui o **Sistema de Governança Institucional** do TRT da 18ª Região.

[https://bibliotecadigital.trt18.jus.br/bitstream/handle/bdtrt18/9845/Resolucao%20Administrativa TRT18 83 2018.PDF?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.trt18.jus.br/bitstream/handle/bdtrt18/9845/Resolucao%20Administrativa%20TRT18%2083%202018.PDF?sequence=1&isAllowed=y)

Resolução nº 260 do CNJ, de 11 de setembro de 2018

- Altera a Resolução nº 215 do CNJ, de 16 de dezembro de 2015, e institui o **ranking da transparência do Poder Judiciário**.

<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3573>

Resolução Administrativa nº 129 do TRT da 18ª Região, de 23 de setembro de 2016

- Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do TRT 18ª Região e dá outras providências.

<http://www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2017/04/resolucao-que-regulamento-a-lai-no-trt18.pdf>

Resolução nº 102 do CNJ, de 15 de dezembro de 2009

- Regulamenta a publicação de informações alusivas à **gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal** e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos.

<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2788>

Ato nº 8/CSJT.GP.SE do CSJT, de 16 de janeiro de 2009

- Disciplina a divulgação de dados e informações relativas às **contas públicas pelos Tribunais Regionais do Trabalho** na rede mundial de computadores.

http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/TST/CSJT/Ato_08_09.html

Resolução Administrativa nº 6 do TRT 18ª Região, de 16 de fevereiro de 2016, que referenda a Portaria nº 095/2013

- Regulamenta as **atividades da Ouvidoria** no âmbito do TRT da 18ª Região.

<http://www1.trt18.jus.br/normasInternas/RA/RA16006.pdf>

Resolução nº 195 do CNJ, de 03 de junho de 2014

- Dispõe sobre a distribuição de **orçamento nos órgãos do Poder Judiciário** de primeiro e segundo grau e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos

- Conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às **condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos**, em conformidade com o disposto na e-PING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos.

<https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/cidadao/dados-abertos/inda-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos>

Instrução Normativa nº 4 da INDA, de 13 de abril de 2012

- Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, como política para **garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos**, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo Federal.

<http://d/ados.gov.br/instrucao-normativa-da-inda>

e-PING – arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico

- Conjunto mínimo de **premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)** na interoperabilidade de Serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

<http://eping.governoeletronico.gov.br>

Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017

- Dispõe sobre **participação, proteção e defesa dos direitos do usuário** dos serviços públicos da administração pública.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/Lei/L13460.htm

Acórdão nº 1832/2018 – Plenário – TCU

- Auditoria realizada com o objetivo de avaliar o **grau de aderência dos portais na internet de organizações públicas federais à legislação de transparência**, notadamente à Lei de Acesso à Informação (LAI).

<https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/%252a/NUMACORDAO%253A1832%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/1/false>

Acórdão do Processo Administrativo CS-JT-A-8784-87.2013.5.90.0000 – Achado 2.13 – Recomendação nº 10 - CSJT

- Auditoria realizada com o objetivo de se publicarem no respectivo endereço eletrônico, na seção contas públicas, as **despesas realizadas a título de ajuda de custo, com a identificação dos beneficiários** (achado 2.13).

http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=825bb599-e1fb-4867-8860-972a0ce99c06&groupId=955023

Acórdão do Processo Administrativo CSJT-A-6567-71.2013.5.90.0000 – Achado 2.14 – CSJT

- Auditoria realizada com o objetivo de se publicarem no respectivo sítio eletrônico as **informações referentes a despesas com ajuda de custo concedidas a magistrados e servidores**, de forma detalhada, contendo elementos mínimos como: beneficiários, valores, fato gerador, data da concessão, entre outros, os quais possibilitem o controle social reclamado pelos normativos apontados no critério de auditoria.

http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?p_l_id=1272434&groupId=955023&folderId=2557869&name=DLFE-24876.pdf

Processo Administrativo – SISDOC nº 19641/2014 – TRT 18ª Região

- Proposição nº 3/2014, da SCI para publicação no sítio eletrônico do TRT da 18ª Região de **informações relativas às despesas com ajuda de custo concedidas a magistrados e servidores**, de sorte a explicitar para a sociedade alguns dados relevantes como, por exemplo: beneficiário, acompanhante(s), valor, fato gerador, data de concessão, origem, destino.

[SISDOC](#)

Processo Administrativo – SISDOC nº 20794/2016 – TRT 18ª Região

- Ofício nº 93-277, de 26 de setembro de 2016, da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União (TCU), que trata da execução de **fiscalização que visa avaliar a transparência** dos portais de diversas empresas estatais e órgãos públicos, bem como solicita a disponibilização de informações e documentos.

[SISDOC](#)

Resolução nº 83/2009 do CNJ, art. 5º

- Dispõe sobre a **aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro** e dá outras providências.

<http://cnj.jus.br/atos-normativos?documento=102>

Resolução nº 68/2010 do CSJT, art. 6º

- Dispõe sobre aquisição, alienação, locação, condução, utilização, manutenção e controle de veículos no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/TST/CSJT/Res_68_10.html

Portaria nº 108/2009 do TRT da 18ª Região

- Regulamenta, no TRT da 18ª Região, as disposições das normas previstas na Resolução nº 83, de 10 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a **aquisição, locação e uso de veículos oficiais no âmbito do Poder Judiciário**.

<http://www1.trt18.jus.br/normasInternas/Portarias/PorGPDG09108.pdf>

Manual para Elaboração de Dados Abertos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- Documento orientador para as **ações de implementação e promoção de abertura de dados do antigo MPOG**.

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/governo-aberto/copy_of_manual_elaboracao_plano_dados_abertos.pdf/@@download/file/manual_elaboracao_plano_dados_abertos.pdf

Modelo de Plano de Dados Abertos do Distrito Federal

- Documento orientador para as ações de **implementação e promoção de abertura de dados do Distrito Federal**.

[www.dados.df.gov.br/Modelo de Plano de Dados Abertos DF.docx](http://www.dados.df.gov.br/Modelo_de_Plano_de_Dados_Abertos_DF.docx)

Guia de Abertura de Dados

- Documento orientador para as ações de **implementação e promoção de abertura de dados do site do Governo Digital**.

https://www.governodigital.gov.br/transformacao/cidadania/arquivo-consultas-publicas/arquivo-de-consultas-publicas/0067_final.pdf

Glossário

Os termos abaixo referem-se às definições apresentadas no Plano de Ação da INDA:

Dado

Sequência de símbolos ou valores, representados em algum meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial.

Dados abertos

Dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento.

Dado público

Qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica.

e-PING

Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

Formato aberto

Formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

Informação

Dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Licença aberta

Acordo de fornecimento de dados que concede amplo acesso para qualquer pessoa utilizá-los, reutilizá-los, redistribuí-los, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença.

Linked Data

Conjunto de boas práticas para publicação de dados estruturados de maneira a facilitar seu compartilhamento e integração.

Metadado

Informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.